ELIDA URBINA GAMARRA

**A TRANSVERSALIDADE ENTRE O REGIONALISMO LITERÁRIO E O CONCEITO
GEOGRÁFICO DE REGIÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA A REFLEXÃO E A PRÁTICA ESCOLAR**

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Geografia – Licenciatura.

Orientador(a): Dra. Ana Clarissa Stefanello.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Doutora Ana Clarissa Stefanello
UNILA

Professora Doutora Marcia Aparecida Procopio da Silva Scheer
UNILA

Professor Doutor Carlos Cassemiro Casaril
UNILA

Foz do Iguaçu, 08 de outubro de 2021.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo da autora: Elida Urbina Gamarra.

Curso: Geografia – Licenciatura.

	Tipo de Documento
☐ graduação	☒ artigo
☐ especialização	☐ trabalho de conclusão de curso
☐ mestrado	☐ monografia
☐ doutorado	☐ dissertação
	☐ tese
	☐ CD/DVD – obras audiovisuais
	☐ _____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O(a) referido(a) autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana – os direitos requeridos por esta licença, e que esse material, cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição, que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu todas as obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o(a) autor(a) autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA – a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 08 de outubro de 2021

Assinatura do (a) Responsável

Título do trabalho acadêmico: **A TRANSVERSALIDADE ENTRE O REGIONALISMO LITERÁRIO E O CONCEITO GEOGRÁFICO DE REGIÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A REFLEXÃO E A PRÁTICA ESCOLAR**

Nome da orientadora: Doutora Ana Clarissa Stefanello

Data da Defesa: 08/10/2021

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora o esforço e dedicação em aperfeiçoar esta minha tentativa imperfeita de expressar – segundo o rito da escrita acadêmica – as minhas preocupações quanto a uma intervenção no Mundo e as minhas expectativas com relação às possibilidades e aos alcances – com vista a tal intervenção – do conhecimento geográfico. Aos meus colegas, por sua participação na minha aprendizagem e no meu ensino (porque nós, alunos, também tendemos a ensinar, além de aprender), nas minhas descobertas intelectuais e nos meus anseios existenciais. Agradeço a sua solidariedade e amizade. Também aos professores que compõem a banca responsável pela avaliação deste trabalho por conferirem sua credibilidade e senso crítico às ideias sobre as quais aqui se discorre, corrigindo eventuais falhas e acrescentado novos enfoques ou melhores perspectivas. Por fim, à minha Universidade, que me deu a oportunidade de melhor conhecer os meus irmãos latino-americanos e tentar favorecer a integração de nossas potencialidades e lutas pelo progresso do povo latino-americano e pelo respeito à nossa Terra: Memória (cultural) e Potencialidade (socioespacial).

“(…) A culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste.” (Graciliano Ramos, São Bernardo.)

GAMARRA, Elida Urbina. **A TRANSVERSALIDADE ENTRE O REGIONALISMO LITERÁRIO E O CONCEITO GEOGRÁFICO DE REGIÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A REFLEXÃO E A PRÁTICA ESCOLAR.** 2021. 40 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO: O presente artigo foi proposto como estratégia pedagógica transversal para definir um elo didático entre o regionalismo literário (de acordo com as diretrizes estético-ideológicas do romance alinhado ao Manifesto Regionalista de 1926) e a região enquanto conceito geográfico. O ponto de encontro entre o literário e o geográfico, em semelhante ligação transdisciplinar na análise do romance *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos, e o objetivo metodológico dessa transversalidade são apresentados com o intuito de problematizar o estereótipo do semiárido nordestino brasileiro (cenário do romance) como uma região da fome. É como se as características socioespaciais do sertão, ou seja, seu clima, sua vegetação, sua paisagem e a peculiaridade de sua cultura, fossem determinantes para o subdesenvolvimento econômico e o atraso social; mazelas essas, cuja síntese mais evidente é o flagelo da fome. O principal resultado apresentado neste artigo é a articulação da transversalidade com as expectativas pedagógicas em favor de uma leitura de mundo que problematize estereótipos e naturalizações que ocultam desigualdades socioespaciais sob a pretensa fatalidade de características físicas hostis de uma dada região, como é o caso da intermitência fluvial e da irregularidade pluvial do semiárido nordestino.

Palavras-chave: regionalismo, região, paisagem, semiárido nordestino, *Vidas Secas* (1938).

RESUMEN: Este trabajo ha sido propuesto como una estrategia pedagógica transversal para definir un eslabón didáctico entre el regionalismo literario (con base a las directrices estético-ideológicas de la novela alineada con el Manifiesto Regionalista de 1926) y la región mientras concepto geográfico. El punto de convergencia entre lo literario y lo geográfico, con relación a tal ligación transdisciplinar en el análisis de la novela *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, y el objetivo metodológico de semejante transversalidad son presentados con el intuito de problematizar el estereotipo del semiárido nordestal brasileño (escenario de la novela) como una región de la hambruna. Es como si las características socioespaciales del sertón, es decir, su clima, su vegetación, su paisaje y la

peculiaridad de su cultura fueran determinantes para el subdesarrollo económico y el retraso social; aflicciones tales cuya síntesis más tajante es el flagelo de la hambruna. El principal resultado presentado en este artículo es la articulación de la transversalidad con las expectativas pedagógicas en pro de una lectura del mundo, entre los estudiantes, que problematice (en el caso de la Geografía) estereotipos y naturalizaciones que por ventura oculten desniveles económicos o injusticias sociales bajo la pretensa fatalidad de las características físicas de una cierta región, como es el caso de la intermitencia fluvial y la irregularidad pluvial del semiárido del nordeste brasileño.

Palabras clave: regionalismo, región, paisaje, semiárido nordestal, Vidas Secas (1938).

INTRODUÇÃO

O romance *Vidas Secas* (1938), do escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953), é a obra escolhida para tratar da transversalidade entre a região, como conceito geográfico, e o regionalismo, como uma construção teórica na literatura. O objetivo proposto é problematizar a ideia de que o semiárido nordestino brasileiro seria uma “região da forme”, a partir da desconstrução do estereótipo de que essa região apresenta baixos níveis de desenvolvimento por conta de características naturais observáveis em sua paisagem, associadas à irregularidade pluviométrica e à ocorrência de rios intermitentes e efêmeros.

Primeiro, fale-se um pouco sobre a abordagem do conceito de região neste artigo. Constrói-se uma perspectiva genealógica a partir de Corrêa (2003), e é realizada uma análise semântica do termo sertão. Ao longo da história do pensamento geográfico preocupou-se em tipificar as características naturais do território e correlacioná-las com a conformação sociocultural das populações que interagem com esta ou aquela porção territorial. Nesse sentido, se têm projetado no semiárido nordestino, com o termo sertão, um conjunto de características que o diferenciariam negativamente dos grandes centros urbanos que se vêm desenvolvendo na costa. Evidencia-se isto, pois, no romance *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, o qual opunha a “raça do sertão” (primitiva, atavicamente associada a certos excessos de misticismo e violência) e a “raça do litoral” (urbana, materialmente mais bem desenvolvida e relacionada com os influxos vindos do estrangeiro por meio dos portos).

Na sequência, aborda-se o regionalismo literário, principalmente no cenário histórico marcado pelo Manifesto Regionalista de 1926, e seu desdobramento no itinerário de Graciliano Ramos, bem como sua concretização estética no enredo do romance *Vidas Secas*, talvez a obra mais representativa dos romances regionais do autor alagoano.

Contudo, o flagelo social da fome, uma das causas do estereótipo do semiárido nordestino, demonstra que sua incidência decorre, sobretudo, por problemas socioeconômicos, como a má distribuição de renda, e não pelas características naturais e paisagísticas de uma dada região, cuja paisagem é marcada pelo Bioma da Caatinga.

Nesse sentido, na sequência, este estudo usa da transversalidade para estimular, a partir dos conflitos mobilizados pelo enredo de *Vidas Secas*, reflexões que promovam o desenvolvimento de práticas de ensino, cujos encaminhamentos e discussões evidenciem as correlações de forças políticas e econômicas na organização do espaço, as quais agudi-

zam os desafios impostos pelo meio natural do semiárido nordestino. Estas reforçam, muito mais do que a seca, as mazelas vivenciadas pelas personagens do romance de Graciliano Ramos. Propõe-se um conjunto de atividades que podem orientar a aplicação, na Geografia escolar, da discussão promovida neste artigo acerca da desconstrução do sertão semiárido nordestino como uma região fadada à fome e ao subdesenvolvimento por conta da irregularidade em seu regime de chuvas, principalmente quando as estiagens se tornam prolongadas e severas, conformando o fenômeno da seca.

Este estudo mobiliza expectativas em torno do emprego da transversalidade como uma estratégia pedagógica que favoreça a problematização de estereótipos ou naturalizações de injustiças socioespaciais ou desníveis econômicos por meio do desenvolvimento crítico da abordagem de conteúdos curriculares da Geografia.

APRENDIZAGEM TRANSVERSAL: O QUE É? COMO SE APLICA?

A perspectiva pedagógica voltada à transversalidade debruça-se no princípio de que determinadas abordagens didáticas, para motivarem uma aprendizagem mais apropriada de certas problemáticas, devem promover práticas de ensino-aprendizagem que transitem entre diferentes conteúdos e áreas do conhecimento, com vistas a buscar enquadrar discussões que encarem diferentes aspectos de uma inquietação intelectual, de uma polêmica ideológica, de um desafio social.

Assim as dinâmicas transversais no processo de ensino-aprendizagem servem ao propósito de uma desconstrução de certas naturalizações: estereótipos, lugares-comuns. As atividades didáticas, então, procuram estabelecer um trânsito entre as matérias que compõem o currículo de cada etapa a fim de convidar os estudantes a se envolverem na compreensão e no debate referentes à reprodução, no imaginário social, de determinadas convicções.

Ainda com vistas a esclarecer o ponto referente à transversalidade, Ulisses Ferreira de Araújo, baseado em uma experiência sobre a pedagogia de projetos a respeito do tema transversal da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em uma escola comunitária da cidade de Campinas, assim se expressa sobre o *modus* de uma abordagem transversal:

Como trabalhar a transversalidade e os temas transversais na sala de aula? Na concepção que adotamos, as temáticas transversais são o eixo vertebrador do sistema educacional, sua própria finalidade. Nela, na concepção de transversalidade que adotamos, os conteúdos tradicionais da escola deixam de

ser a finalidade da educação e passam a ser concebidos como meios, como instrumentos para trabalhar os temas que constituem o centro das preocupações sociais. (ARAÚJO, 2008, p. 194.)

Para Araújo, a especialização do conhecimento em cada disciplina do currículo escolar oferece a vantagem do aprofundamento nos componentes de cada matéria; porém os esforços didáticos traçados em uma perspectiva pedagógica transversal costumam, entre outras vantagens metodológicas, incorporar o conhecimento associado a um determinado componente curricular às dinâmicas cotidianas dos educandos: ajudam a contextualizar certo conteúdo escolar em favor de uma práxis (reflexão-ação-reflexão) ante os desafios que rondam o dia a dia dos alunos. A tendência, então, é a de tornar os conteúdos tradicionalmente organizados em matérias mais abertos ao interesse efetivo dos alunos:

Entendemos que, se esses conteúdos [tradicionais] se estruturam em torno de eixos que exprimem a problemática cotidiana atual e que, inclusive, podem constituir finalidades em si mesmos, convertem-se em instrumentos cujo valor e utilidade são evidenciados pelos alunos e pelas alunas (...). (ARAÚJO, 2008, p. 195.)

Portanto é com base nesse princípio da transversalidade que se pretende motivar a já mencionada relação de ensino-aprendizagem entre o regional na Literatura e na Geografia, estabelecendo um trânsito entre o conceito geográfico de região e a escola literária do regionalismo modernista, representada pelo romance *Vidas Secas*.

Dessa forma, como já se mencionou, espera-se que essa proposta didática estimule a problematização do estereótipo a respeito do sertão semiárido no Nordeste brasileiro como uma região da fome e do subdesenvolvimento, bem como a desconstrução de certos paralelos deterministas entre as características naturais dessa região (notadamente a irregularidade de sua pluviosidade) e as desigualdades espaciais político-econômicas na estrutura social de sua população.

O CONCEITO GEOGRÁFICO DE REGIÃO

A ideia de região é geralmente associada a um conjunto de características naturais contíguas que caracterizam a organização social. Assim, divide-se o território brasileiro em regiões, podendo-se traçar certos paralelos entre paisagens e suas populações.

Neste contexto, em sua origem latina, o termo região está associado à ideia de “dividir para governar”: *regio*, como aponta Corrêa (1997, p. 183), designa, entre os

antigos romanos, cada uma das unidades territoriais nas quais o território do Império estava dividido; isto é, sua etimologia (que está ligada ao verbo *regere*: “governar”) possui uma base eminentemente política: uma região era estabelecida quando os homens e seus lugares se submetiam à hierarquia imperialista dos césaes.

Mas, partilhando-se com Corrêa (2003) uma genealogia para o uso do conceito de região nas diferentes correntes epistemológicas da Geografia, é possível apontar para uma orientação teórica que privilegie os elementos naturais na fixação conceitual do termo – embora as exibições mais recentes desse esforço genealógico apresentem mais uma vez concepções de região orientadas nitidamente por uma divisão político-territorial dos homens e seus lugares, sujeitando-os à hierarquia de conhecimentos e decisões.

Seguindo Corrêa (2003, p.22), pode-se apontar grosso modo a seguinte linha geral subjacente às diferentes elaborações teóricas do conceito de região: a noção fundamental de diferenciação de área, ou seja, “a aceitação da ideia de que a superfície da Terra é composta de áreas diferentes umas das outras”.

Certamente, cada corrente teórica estabelece tal noção de diferenciação em pressupostos epistêmicos que geralmente apresentam, não apenas distinções na abordagem intelectual, mas até oposições na orientação política.

O arco genealógico traçado por Corrêa (2003) começa com o determinismo ambiental e seu conceito de região natural. O autor sublinha que, historicamente, o surgimento de tal elaboração teórica converge com a expansão imperialista europeia (do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX): explica-se a seguir o porquê dessa interseção entre conhecimento geográfico e interesse político.

Corrêa (2003) constata que, no conceito de região natural, a noção fundamental de diferenciação de área repousa na combinação e integração dos elementos da natureza: quanto mais as características físicas identificáveis contiguamente em uma determinada porção territorial interagem entre si – correlação cuja descrição é baseada nas categorias de clima, relevo, vegetação etc. – mais se diferencia uma determinada região do conjunto da superfície da Terra.

Pois bem, para o determinismo ambiental, a identificação fisiográfica de uma região natural serve ao propósito de entender como o vínculo entre o homem e seu ambiente é estabelecido; isto é, até que ponto a configuração natural de uma região determina a organização social (e o nível de desenvolvimento) de sua população.

Obviamente, as premissas epistêmicas mobilizadas para demonstrar como os aspectos fisiográficos de uma determinada região determinam a dinâmica social de sua

população – se alinham ao objetivo político de justificar a expansão imperialista nas regiões tropicais da Ásia e da África, cuja natureza não seria generosa o suficiente (como o dos países colonialistas, identificáveis com as características “agradáveis” das zonas temperadas) para promover o desenvolvimento econômico de suas estruturas sociais.

Surgindo simultaneamente ao determinismo ambiental, outra perspectiva teórica se opõe ao seu conceito de região natural: o possibilíssimo, para o qual a elaboração categórica de uma região deve ser baseada em esforços para caracterizá-la como humana, e não como natural. Corrêa afirma a esse respeito:

Reagindo ao determinismo ambiental, o possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza, que, ao longo da história, passam de uma adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra. (CORRÊA, 2003, p. 27.)

Portanto, em sua formulação do conceito de região geográfica (que se opõe ao de região natural), o possibilíssimo enquadra a noção fundamental de diferenciação de área na modelagem que a ação humana, ao longo da história, imprime na paisagem e no tipo de vida que, caracterizando uma determinada porção da superfície da Terra, a diferencia das demais.

Corrêa (2003) destaca a importância da paisagem na formulação do conceito possibilista de região geográfica: ambos os conceitos, inclusive, podem ser tomados um pelo outro. De fato, quando se trata da definição que um eminente teórico possibilista, o geógrafo francês Vidal de La Blache, elabora para o conceito de região geográfica – Corrêa (2003, p 29) enfatiza: “O que importa é que na região geográfica uma combinação específica da diversidade de clima, solo, vegetação, uma paisagem, acaba conferindo exclusividade a essa região”.

Embora o possibilíssimo tenha representado um avanço epistemológico (em relação ao determinismo ambiental) em sua formulação do conceito de região, considerando historicamente a dinâmica social da relação com a natureza, apontando a passagem da adaptação ao meio natural para a constituição de uma paisagem (por meio da interferência cada vez mais impactante de um determinado gênero de vida nas características naturais de uma dada porção da superfície), é possível sublinhar certas limitações teóricas no conceito de região geográfica.

Segundo Corrêa (2003), serão apontadas críticas ao pensamento possibilista, tendo em vista justamente a elaboração epistêmica do conceito de região. Citando Lacoste e

Claval para destacar as limitações do pensamento de La Blache sobre região, o autor afirma:

O primeiro dos geógrafos franceses [Lacoste] comenta que na escolha dos elementos que se combinam há uma seletividade que considera apenas os antigos, de longa duração, desprezando os elementos de origem recente. Isto significa que, implicitamente, concebe-se a região como uma entidade acabada, concluída. Ademais, a concepção vidaliana impõe um único modo de se pensar a divisão da superfície da Terra, esquecendo a diferencialidade espacial de cada elemento (...) e o fato de que outros segmentos do espaço podem ser mais úteis. (CORRÊA, 2003, p. 31.)

Em resumo, a concepção de região, de acordo com a elaboração teórica de Vidal de la Blache, implica "uma posição empirista, na medida em que é vista como algo dado, autoevidente" (CORRÊA, 2003, p. 31). Acrescenta-se a essa limitação epistêmica, uma crítica ao princípio da harmonia (um dos fundamentos do pensamento possibilista de Vidal de la Blache): sua aplicação ao conceito de região dissonaria as assimetrias das "sociedades estruturadas nas classes sociais" (CORRÊA, 2003, p. 31).

Ademais, agora citando a Claval, Corrêa (2003, p. 31) destaca que, para corroborar o paradigma possibilístico "fundado nas relações entre o homem e a natureza e expresso na região geográfica", a descrição do processo de geração da região geográfica, cada vez mais concentrada no impacto dos elementos humanos na formação da paisagem, pouco faz para abordar os aspectos físicos do meio. Além disso, como a aplicação dos procedimentos não é admitida na aplicação geral, a identificação das regiões não seria baseada em critérios sistemáticos.

A partir do período pós-guerra, uma abordagem geográfica baseada no estabelecimento de índices estatísticos (conforme os quais uma porção da superfície como região pode ser determinada e conhecida) tentou superar as imprecisões metodológicas e as limitações conceituais das duas escolas anteriores. Essa perspectiva teórica quantitativa é frequentemente chamada de nova Geografia.

De acordo com o positivismo lógico que normalmente caracteriza essa corrente epistemológica, uma região é definida "como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares" (CORRÊA, 2003, p.32).

É claro que a determinação do nível de diferença, tanto entre os lugares de um determinado conjunto, quanto entre este e os demais que compõem a superfície, depende da precisão com que seus aspectos quantificáveis são medidos.

Portanto a noção fundamental de diferenciação de área, de acordo com os

pressupostos teóricos da nova Geografia, assenta-se mais numa abstração estatística que visa determinar os elementos de um conjunto (com base na maior semelhança) e a diferença dos conjuntos entre si (com base na maior diferença) do que na descrição física dos fenômenos naturais verificáveis em uma parte da superfície.

Sendo assim, as elaborações teóricas da nova Geografia sobre o conceito de região costumam considerá-la, de acordo com Corrêa (2003, p. 39), como “classificações espaciais”: os atributos específicos de uma área seriam estabelecidos (os quais nem precisariam ser apresentados fisicamente contíguos entre si) de acordo com uma tipologia dos padrões espaciais de certos fenômenos que este ou aquele estudo tentaria compreender. Assim, conforme exemplificado por Corrêa (2003, p. 35), haveria regiões: “(...) de tráfego rodoviário, fluxos telefônicos ou matérias-primas industriais, migrações diárias para o trabalho, influência comercial das cidades, etc.”.

O nível de abstração sob o qual a nova Geografia concebe epistemologicamente a noção de região implica uma forte orientação do que é estabelecido como um padrão espacial dos fenômenos que se deseja estudar com relação ao referencial teórico a partir do qual se estabelece o dito padrão espacial e a pretensão de entender seus fenômenos. Conforme o referido autor:

Os estudos de geografia regional ou de área são realizados dentro de propósitos preestabelecidos. A partir de uma referência teórica, como a das localidades centrais ou a do uso agrícola da terra, ou de um suposto problema, como o desenvolvimento regional, estuda-se um segmento da superfície da Terra (CORRÊA, 2003, p. 40.)

Embora a nova Geografia tenha representado um avanço no incremento metodológico da noção de região como elaboração conceitual dotada de uma virtualidade que a coloca a serviço dos mais amplos interesses acadêmicos e atividades intelectuais, foram feitas críticas à orientação ideológica de seus pressupostos teóricos.

A partir dos anos 70 do século passado, teóricos cujas perspectivas epistemológicas são baseadas no materialismo histórico e na dialética marxista começaram a apontar, não apenas na nova Geografia, mas também nas escolas anteriores (determinismo ambiental e possibilíssimo), a ausência de considerações, na formulação conceitual da região, sobre as correlações de força que caracterizam os sistemas de produção formados a partir da divisão da sociedade em classes.

Em resumo, quando consideram a divisão da superfície em regiões, sejam os meios que determinam as organizações sociais, sejam as paisagens que se ajustam aos

gêneros observáveis da vida em certas partes da superfície, sejam os padrões espaciais fixados por esses ou outros estudos dos fenômenos sociais, as orientações teóricas anteriores não considerariam, argumentam os autores de uma orientação marxista, os conflitos político-econômicos que enquadram as relações dos homens no espaço e os homens com seu próprio espaço.

Para uma Geografia assim, crítica, a elaboração teórica do conceito de região deve explicar a diferença de desenvolvimento entre as regiões, embora estas sejam combinadas entre si de acordo com o modo de produção predominante em um dado momento histórico.

Com intuito de sublinhar as condições materiais (historicamente determinadas) que explicariam a diferença no desenvolvimento entre as regiões, os teóricos críticos da geografia frequentemente se apoiam na contribuição epistemológica de Trotsky: a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

De acordo com essa contribuição epistêmica, as partes da superfície estão inter-relacionadas pelo princípio dialético da interpenetração dos opostos. Conforme a afirmação de Corrêa (2003, p. 42) a esse respeito:

Refere-se ao fato de ser cada aspecto da realidade constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. A contradição que daí resulta é característica imanente à realidade e o elemento motor de sua transformação. Na lei que os interessa [ou seja, que se refere ao conceito de *região*], os dois processos são, primeiro, o da desigualdade e, depois, o da combinação. Permite que se considerem as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente... e no espaço. (CORRÊA, 2003, p. 42.)

A dimensão espacial da lei do desenvolvimento desigual e combinado é sustentada em dois aspectos:

Em relação ao primeiro aspecto, é conveniente notar que a diferenciação de áreas se vincula à história do homem, não se verificando de uma vez para sempre. Tem uma gênese encontrada nas comunidades primitivas indiferenciadas, que implicava uma semelhança do espaço enquanto resultado da ação humana. Essas sociedades originárias tiveram, ao longo do tempo e do espaço, um desenvolvimento diferenciado, isto é, os processos internos e a difusão dos processos de mudança deram-se de modo desigual. (CORRÊA, 2003, p. 43.)

Posteriormente, o surgimento da divisão social do trabalho, o estabelecimento da propriedade privada da terra, a consolidação da divisão da sociedade em classes e o agravamento de suas lutas, promoveriam uma diferença crescente no desenvolvimento dentro dos grupos sociais e entre os mesmos grupos.

Além disso, a difusão do processo de regionalização também seguiria ritmos diferentes, isto é, sua duração e intensidade apresentariam variações no tempo e no espaço:

Em determinados momentos e áreas, a regionalização dá-se com maior rapidez e profundidade: a diferenciação de áreas é aí mais notável. Simultaneamente, em outras áreas, não ocorre este processo ou ele é extremamente lento. (CORRÊA, 2003, p. 43.)

Por fim, em relação ao segundo aspecto da dimensão espacial da lei do desenvolvimento desigual e combinado, diz respeito, segundo Corrêa, aos níveis de complexidade do processo de regionalização:

Em relação ao segundo aspecto, vinculado aos mecanismos utilizados pelo processo de regionalização, vale lembrar que, na medida em que a história do homem acontece, marcada pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela dinâmica da sociedade de classes e de suas lutas, o processo de regionalização torna-se mais complexo. Por complexidade entendemos o fato de o processo de regionalização retalhar ainda mais o espaço ocupado pelo homem em numerosas regiões e, concomitantemente, integrá-las. (CORRÊA, 2003, p. 44.)

Em suma, a lei do desenvolvimento desigual e combinado explicaria não só a regionalização que diferencia os países entre si, mas também as áreas que podem ser diferenciadas dentro de um mesmo território nacional. Tanto num caso como no outro, os mesmos processos que marcam as diferenças de desenvolvimento entre as áreas garantiriam a sua articulação segundo um modo de produção historicamente predominante. No sistema capitalista, defendem os pressupostos teóricos da Geografia crítica, tal processo de diferenciação e articulação entre as áreas teria atingido seu nível máximo de complexidade.

Afinal, como definir o conceito de região segundo a perspectiva teórica da geografia crítica? Levando em consideração o princípio dialético estabelecido por Trotsky, a definição de região estaria baseada na sua inserção na divisão do trabalho, seja no nível internacional, seja no nível nacional, seja na associação de diferentes relações de produção (por exemplo, a produção agroexportadora de uma *commodity* numa área da superfície e o emprego dessa mesma *commodity* como matéria-prima industrial em outra).

Por fim, completando a contribuição genealógica oferecida até agora, acrescentemos, tomando como base as considerações de Sandra Lencioni a respeito do conceito de região na história do pensamento geográfico, uma perspectiva epistêmica segundo a qual a noção fundamental de diferenciação de área (apontada por Corrêa como o fundamento da conceituação de região ao longo da história da epistemologia

geográfica) repousa em uma fenomenologia baseada na vivência do espaço, seja em uma dimensão intrassubjetiva, seja em um contexto intersubjetivo.

Segundo a autora, semelhante fenomenologia prioriza:

(...) a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tenha da natureza dos objetos deve ser abolida. Acredita que toda disciplina deve questionar a essência que funda o objeto de sua investigação científica afirmando o mundo vivido como possibilidade de viver a experiência sensível e de poder simultaneamente pensá-la de forma racional. (LENCIONI, 2005, p.193.)

Ainda de acordo a autora, superando o limiar da polêmica sobre a determinação, ou não, da cultura pelo ambiente no qual ela se desenvolve, a perspectiva teórica da fenomenologia aplicada à geografia abre outros horizontes nas considerações a respeito das relações entre o homem e o meio, explorando aspectos até então pouco considerados pelo pensamento geográfico, como as dimensões do estético e mesmo do fantástico – os quais não poderiam deixar de ser “levados em conta na análise geográfica” (LENCIONI, 2005, p.194).

Desvinculando-se da descrição fisiográfica de uma dada porção da superfície, isto é, da identificação dos elementos naturais cuja contiguidade territorial possibilitaria a identificação de uma área como região (em sua distinção de outros conjuntos de características observáveis em outras porções), a fenomenologia, afirma Sandra Lencioni, consideraria outra maneira de estabelecer a identidade de uma região:

Considerando os objetos como fenômenos e como esses objetos aparecem na consciência, o enfoque regional começou a desenvolver novos temas. A discussão de como o espaço é percebido e quais são os significados e valores modelados pela cultura e pela estrutura social, que são atribuídos ao espaço, passaram a ser analisados com o objetivo de compreender o sentimento que os homens têm de pertencer a uma região. Assim, procurou-se apreender os laços afetivos que criam uma identidade regional. A identidade dos homens com a região se tornou então um problema central na geografia regional de inspiração fenomenológica. (LENCIONI, 2005, p.194.)

Note-se que, a exemplo de correntes geográficas como o possibilismo e o marxismo, a fenomenologia dá grande ênfase aos aspectos culturais e sociais, considerados em seu desenvolvimento histórico. Todavia, ao contrário dessas epistemologias, a geografia de orientação fenomenológica enfatiza a subjetividade, a qual, seja na dimensão da relação que o sujeito estabelece consigo mesmo (intrassubjetividade), seja naquela que os sujeitos mantêm entre si (intersubjetividade), configura uma teia de sentimentos que identificam uma dada área da superfície com as afetividades dos grupos humanos que interagem entre si e com as características naturais de semelhante porção territorial.

Por fim, a autora aponta os pontos vulneráveis da fenomenologia geográfica, mormente com relação ao conceito de região. De acordo com Sandra Lencioni, em três pontos epistemológicos a perspectiva fenomenológica apresenta certas inconsistências teóricas:

O primeiro devido à geografia de inspiração fenomenológica ter de confrontar com o positivismo lógico, que era acadêmica e socialmente reconhecido diante de sua proposta de explicação e de intervenção na realidade. O segundo decorreu do fato de ela não ter desenvolvido uma metodologia consistente, o que acabou constituindo-se em sua maior fraqueza. E o terceiro, ao centrar-se nos atores sociais, negligenciando os aspectos naturais, acentuou a divisão entre geografia humana e geografia física, chegando, até mesmo, a rejeitar os vínculos com as ciências naturais. (LENCIONI, 2005, p.195.)

Todavia cabe ressaltar a contribuição da fenomenologia para o arcabouço teórico da Geografia em seu esforço epistêmico de contribuir para a compreensão do mundo:

Embora a geografia de influência fenomenológica tenha conhecido a crítica de ser um pensamento idealista por tratar os lugares a partir dos seus significados e do que eles representam, trouxe à luz aspectos importantes para a análise regional ao colocar em cena a discussão do percebido e do vivido. (LENCIONI, 2005, p.195.)

Por fim considerem-se, a seguir, as linhas traçadas pela autora para oferecer um quadro sintético das linhas mestras em que se poderiam estruturar as diferentes correntes teóricas (e ideológicas) da Geografia em sua definição do conceito de região:

Primeiramente, as regionalizações se identificaram com a administração territorial e política. Em seguida, o critério natural foi o mais relevante para a elaboração de regionalizações. Com a percepção de que a natureza não seria a única determinante na conformação regional, foram concebidas propostas baseadas no critério econômico e em outros critérios. A título de lembrança e de exemplo, podemos mencionar a identidade posta entre região e espaço vivido, e a compreensão da regionalização como produto da divisão territorial do trabalho. (LENCIONI, 2005, p. 201.)

Tendo feito todo este arco genealógico [seguindo a CORRÊA (2003, p. 5-50) e subsidiando-se de LENCIONI (2005, p. 187-204)], indo desde o determinismo ambiental do final do século XIX até a geografia crítica dos anos 70 do século passado [incluindo perspectivas teoricamente diferentes (e ideologicamente opostas) com o positivismo lógico e o marxismo] – é possível voltar (como foi dito no início destas considerações) ao sentido etimológico de região, de acordo com o princípio da divisão político-territorial do antigo império romano, segundo o qual *regio*, *-onis* era a porção do território que se incorporava à hierarquia do controle jurídico-administrativo-militar pela submissão dos

mais diversos lugares e seus habitantes ao comando dos representantes de César.

Semelhante abordagem do conceito de região encontra apoio no próprio raciocínio de Corrêa:

O conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. Mais precisamente, no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante. (CORRÊA 2003, p. 47.)

Como destaca o autor (2003, p. 50), no Brasil, o surgimento do uso do conceito de região como instrumento de submissão da diversidade dos lugares e de seus homens a uma racionalidade tecnocrática imposta "de cima para baixo", converge com o auge do autoritarismo ditatorial (principalmente entre 1964 e 1978). Num momento histórico marcado pelo declínio do debate democrático, as orientações com vista, por exemplo, à integração de áreas do território nacional caracterizadas pela baixa densidade demográfica (e grande concentração de recursos naturais) com outras caracterizadas pelo desenvolvimento industrial (e a necessidade de aquisição de matérias-primas), levaram à implantação vertical de orientações teóricas baseadas na polarização do desenvolvimento econômico, segundo as quais os fluxos de desenvolvimento material de certas áreas do território determinariam as "vocações" econômicas de outras.

A seguir, refletindo sobre as acepções históricas do termo sertão (comumente empregado na denominação do semiárido nordestino), as implicações político-administrativas do conceito geográfico de região serão um pouco mais elaboradas. Inclusive, em termos transversais entre a Geografia e a Literatura, optou-se por fazer uma breve análise do romance *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909) para conduzir tais reflexões: as razões para semelhante escolha (com vistas a fazer uma contraposição à estética e à ideologia elaboradas no enredo de *Vidas Secas*) explicar-se-ão na abertura do próximo tópico.

A POLISSEMIA DO TERMO SERTÃO E ALGUMAS DIRETRIZES PARA SUA PRECISÃO EPISTEMOLÓGICA

Na tradição literária brasileira, desde suas raízes históricas, as quais remontam às crônicas dos viajantes e exploradores no século XVI, emprega-se o termo sertão para referir-se a regiões que distam do adensamento populacional na costa segundo as

características do processo de urbanização que caracterizou historicamente a racionalidade do povoamento de territórios outrora submetidos à lógica agrário-exportadora da colonização.

Como se verá a seguir, as noções de regionalização associadas a sertão não têm implicado necessariamente uma diferenciação de área caracterizada pela aridez (escassez de chuva, intermitência dos rios, vegetação xerófila, etc.); todavia prevalece, no conjunto semântico dessa palavra, um sentido de adversidade do meio para com a cultura.

Associe-se essa percepção com a ideia de região como uma concepção político-administrativa: como se viu, no tópico anterior, à luz da etimologia latina apresentada por Corrêa (2003), região vem de *regio, onis*, daí compartilhar a mesma origem do verbo reger: governar, dominar. Por incorporar uma ideia geral de desafio ao avanço dos núcleos de urbanização desde o litoral para o interior do continente, explica-se a adoção de certos excessos e violências para com os povos originários ou tradicionais que povoam o sertão; bem como a adoção de meios enérgicos na busca de “domar” sua paisagem em busca da extração de seus recursos naturais ou da execução de uma política “arrojada” com vista à integração da terra e do homem sertanejos à “civilização” dos núcleos urbanos costeiros.

Iniciemos estas considerações com as elaborações históricas de Fadel David Antonio Filho (2011) a respeito do campo semântico de sertão como uma região que, a exemplo do semiárido nordestino (cenário do enredo de Vidas Secas), se caracterizaria por um conjunto de características naturais que, aos olhos do colonizador ou do explorador, lhe confeririam as seguintes qualificações:

a) Desértica, isto é, uma região considerada pouco propensa à implantação e manutenção de núcleos sociais estáveis;

b) Bárbara, ou seja, uma região habitada por populações originárias ou tradicionais tidas como primitivas e, no limite, hostis e indômitas.

Após discutir as prováveis origens etimológicas da palavra, o autor apresenta um sentido geral (por assim dizer) para sertão no contexto epistemológico da Geografia:

De qualquer forma, mesmo admitindo que a palavra “sertão” apresenta uma origem multivariada, o seu significado converge para um só sentido. O ‘locus’ cujo sentido é o interior das terras ou do continente, pode ou não vir implicado à ideia de aridez ou de área despovoada. (ANTONIO FILHO, 2011, p. 87.)

Portanto, sertão não se aplicaria apenas a paisagens identificáveis nos trechos territoriais enquadrados pela incidência de irregularidade no regime de chuvas (como o

semiárido do Nordeste brasileiro): o conjunto de seus significados apontaria para a característica dos cantos mais remotos da realidade costeira do território brasileiro, historicamente caracterizada por um desenvolvimento urbano mais acentuado e por uma concentração demográfica mais expressiva.

A seguir, Antonio Filho oferece uma conceituação mais precisa do termo no arco semântico do raciocínio geográfico:

Como se pode observar, a palavra “sertão” é ainda, na atualidade, usada em várias regiões brasileiras para designar áreas interioranas, sejam elas os hervaís no Planalto da Serra Geral, no oeste catarinense, como a cimeira das vertentes íngremes das áreas serranas do Sudeste brasileiro, as chapadas e cerrados do Centro-Oeste ou a região de semiaridez do Nordeste. (ANTONIO FILHO, 2011, p. 87.)

Veja-se, comparativamente à elaboração conceitual de Antonio Filho sobre o termo geográfico sertão, a avaliação de André Heráclito do Rêgo (2016) acerca dos registros históricos dos significados de sertão nos documentos geográficos (especialmente os cartográficos) dos conquistadores portugueses.

O autor aponta para o par dicotômico sertão-litoral como decisivo na concepção lusitana da cartografia de seu território e riquezas naturais no ultra-mar, especialmente no caso do Brasil:

Desde o século XVIII, portanto, no caso brasileiro, sertão e litoral passaram a ser o padrão das descrições do espaço nacional. O Brasil era uma fonte de espaços vazios intermináveis, mesmo considerando que o sertão, pelo menos no período colonial, fosse menos um espaço geográfico que um espaço socioeconômico e essencialmente simbólico, como na bela imagem de Capistrano de Abreu sobre os sertões de dentro e os sertões de fora. No caso da África, essa geografia do sertão foi desenvolvida sobretudo pelas tentativas de travessia do continente. (RÊGO, 2016, p. 58.)

Conseqüentemente, uma aura do desértico (no sentido de escassamente povoada, estéril) prevaleceria no campo semântico do conceito de sertão aplicável à apreensão cartográfica do território colonial ultramarino.

Mesmo assim, André do Rêgo enfatiza que o uso geográfico do termo costumava estar associado à etnia que estabeleceria uma fronteira entre o civilizado e o bárbaro no desenho cartográfico da colônia:

O conceito de sertão passou a ser, nesse contexto, muito utilizado na cartografia, mais como qualificativo de lugar que como um local específico. Trata-se da

indicação de lugares pouco ocupados, ou seja, usar a designação de sertão indicaria a ideia subjacente de ocupar aquele espaço e, em consequência, levar a civilização até ali. Sertão é, assim, um qualificativo de espaço, que pode ter componentes etnográficos como na denominação “sertão dos tapuias”. É um qualificativo que indica também uma espécie de fronteira, que separa a civilização da barbárie, e, nesse sentido, indica a necessidade de atravessar, conquistar e incorporar as regiões assim qualificadas. (RÊGO, 2016, p.58.)

Afinal, quando for necessário estabelecer um significado para o termo sertão (levando em consideração uma precisão categórica com vista a certa linha epistemológica do uso de sertão no espectro conceitual da Geografia), será especificado, como Antonio Filho (2011) o recorda, citando a Ab'Saber, o que se entende por sertão. De uma forma ou de outra, a tendência é que o uso da palavra sertão acabe por incluir-se no campo semântico do desértico: o inabitado, o distante (desde a perspectiva das porções territoriais litorâneas, mais densamente povoadas e urbanizadas); logo, no limite, o hostil, o indômito: o incivilizado.

A APLICAÇÃO DO CONCEITO GEOGRÁFICO DE SERTÃO À ANÁLISE LITERÁRIA DO ROMANCE OS SERTÕES (1902), DE EUCLIDES DA CUNHA

Um exemplo marcante desse conflito, implícito na história do emprego de sertão para designar uma região considerada, em algum grau, adversa à civilização, retrata-se no enredo do romance *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909).

Escrito no calor das agitações que se seguiram à instalação da República, o enredo da obra do engenheiro militar e intelectual positivista Euclides da Cunha reflete um tipo de visão progressista das classes médias urbanas da época, as quais, empolgadas pelos avanços científicos, tecnológicos e industriais da *Belle Époque*, admitiam que os diferentes sertões que constituíam, na visão de então, o território nacional (a selva amazônica, o pampa gaúcho, os cerrados mato-grossenses e, claro, a caatinga nordestina) deveriam ser submetidos a um processo radical de modernização: estender ferrovias nos “grotões”, alfabetizar os “caboclos”. E, se as comunidades sertanejas apresentassem movimentos associados ao banditismo e ao misticismo (como se sabia dos cangaceiros e beatos que se insurgiam no semiárido nordestino), admitiam-se medidas “enérgicas” para “civilizar” o sertão.

Por isso *Os Sertões* enquadra o olhar estético em relação à questão regional no âmbito dos esforços positivistas em favor da compreensão antropológica (por assim dizer) dos fenômenos entendidos como uma “tara sertaneja”: o fanatismo religioso inspirado por lideranças carismáticas; a criminalidade e a violência infligidas por grupos de jagunços.

Euclides da Cunha, em relação à campanha contra os seguidores do líder messiânico Antônio Conselheiro, assumiu, inicialmente, uma posição alinhada à sua formação intelectual e posição social (engenheiro militar): republicano e positivista, assinou, como correspondente do jornal O Estado de São Paulo, o artigo A nossa Vendéia (1897), no qual os insurgentes dos arrabaldes de Canudos são acusados de abrigar um núcleo de resistência monarquista à consolidação da República, à semelhança dos contrarrevolucionários da região de Vendée, na França: pessoas pobres e humildes que se revoltaram (1795-1796) contra o Novo Regime em favor da reintegração ao poder da Monarquia e do prestígio da Igreja.

Depois de testemunhar os excessos das tropas do governo e procurar entender a insurgência da população de Canudos à luz de princípios mais condizentes com a complexidade da realidade implícita no conflito, Euclides da Cunha, no prefácio de seu romance, inicia suas considerações precisamente visando à mudança de rumo em suas convicções ideológicas iniciais em relação à Campanha de Canudos:

Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.

Demos-lhe, por isso, outra feição, formando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu. (CUNHA, 2003, p. 9.)

Em seguida, o romancista ressalta que, em vez de escrever a obra seguindo os passos do artigo de 1897, concentrando-se no arraial às margens do rio Vaza-Barris como se este fora uma Vendée tropical, ele direcionou o enredo por um caminho científico que busca explicações raciais (segundo o espírito científico de sua época) para o embate entre a “civilização” da costa e a “barbárie” do sertão:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às virtudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante a exigência crescente de civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra. (CUNHA, 2003, p. 9.)

Dividindo o romance em três partes (cada uma correspondendo às três determinações das personagens de acordo com os princípios estéticos de Hippolyte Taine: ambiente, raça e momento histórico), ou seja, a Terra, o Homem e a Luta. Cunha enquadra o sertão e sua população em uma estrutura discursiva que lida com um alegado

atavismo do “retardo cultural” do sertanejo, cuja etiologia é explicada, seja pela influência das características físicas da paisagem semiárida, seja pela força das heranças genéticas de seus habitantes.

Obviamente (e é preciso dizer), há uma orientação, não apenas de crítica, senão também de denúncia da violência do Exército contra os habitantes de Canudos; no entanto esse espírito crítico está circunscrito aos limites ideológicos do momento histórico de seu autor; para Euclides da Cunha, os homens do sertão estavam destinados à extinção (como se constituíssem uma espécie meramente biológica):

Primeiro efeito de variados cruzamentos, destinava-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhe, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhe não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo (CUNHA, 2003, p. 9.)

Conseqüentemente, ao lidar com o sertão em sua conformação geográfica, o romancista carrega suas descrições com orientações ideológicas que mostram como as características naturais são responsáveis pelo atraso cultural do homem.

Veja-se, por exemplo, como o romancista lida com o problema etnológico do que é entendido como a gênese da constituição demográfica da sociedade brasileira (a questão da miscigenação e a interseção das três raças: ibérica, africana e nativa):

Conhecemos, desse modo, os três elementos essenciais, e, imperfeitamente embora, o meio físico diferenciador – e ainda, sob todas as suas formas, as condições históricas adversas ou favoráveis que sobre eles reagiram. No considerar, porém, todas as alternativas e todas as fases intermédias desse entrelaçamento de tipos antropológicos de graus díspares nos atributos físicos e psíquicos, **sob os influxos de um meio variável, capaz de diversos climas, tendo discordantes aspectos e opostas condições de vida** [grifo nosso] pode afirmar-se que pouco nos temos avantajado. (CUNHA, 2003, p. 51.)

Veja-se também como Euclides da Cunha entende a distribuição diferente de tipos humanos em todo o território nacional, especialmente considerando a oposição orográfica entre os homens mais intrépidos (da costa e do Sul) e os homens mais tíbios (do sertão e do Norte):

(...) o colono nortista, nas entradas para oeste ou para o sul, batia logo de encontro à natureza adversa. Refluía prestes ao litoral sem o atrevimento dos dominadores, dos que se se sentem à vontade sobre uma terra amiga, sem as ousadias oriundas da própria atração das paragens opulentas e acessíveis (...)

Apertados entre os canaviais da costa e o sertão, entre o mar e o deserto, num bloqueio engravecido pela ação do clima, perderam todo o aprumo e este espírito de revolta, eloquentíssimo, que ruga em todas as páginas da história do sul. (CUNHA, 2003, p. 62.)

E, ao fim e ao cabo, observe-se como o ambiente árido do sertão interfere na constituição selvagem do próprio sertanejo, cujo Espírito seria naturalmente suscetível à superstição e ao fanatismo:

O homem dos sertões – pelo que esboçamos – **mais do qualquer outro está em função imediata da terra**. É uma variável dependente no jogar dos elementos. **Da consciência da fraqueza para os debelar, resulta, mais forte, este apelar constante para o maravilhoso**, esta condição inferior de pupilo estúpido da divindade. **Em paragens mais benéficas a necessidade de uma tutela sobrenatural não seria tão imperiosa** (grifos nossos). (CUNHA, 2003, p. 92.)

Em vista do exposto, note-se que, embora o romance seja construído com base num trabalho descritivo sólido (baseado, por sua vez, no espírito positivo da busca pelo científico, em detrimento do tradicional) e num apreço metodológico sistemático (voltado ao que seja objetivamente demonstrável, em desfavor do esteticamente apreciável), a projeção do conceito de sertão, em todo o entrelaçamento da narrativa, está alinhada a certa expectativa ideológica hoje epistemologicamente problemática acerca da dinâmica entre o cultural e o natural: as condições sociais adversas ao sertanejo resultariam das características naturais inóspitas do sertão.

Portanto, não obstante a importância histórica de Os Sertões como uma obra de denúncia social a respeito dos desmandos e arbitrariedades do Exército brasileiro em sua campanha contra os seguidores de Antônio Conselheiro, o espírito crítico de Euclides da Cunha não chega a questionar a estrutura política e o sistema econômico que moldam as inter-relações entre as camadas da sociedade sertaneja e interação desta com as características naturais do sertão.

Agora, como afirmado no tópico anterior, tomando a Antonio Filho (2011) como referência, embora seja possível apontar para um senso geral de sertão, que subjazeria ao conjunto de significados geográficos sobre uma contiguidade territorial identificável com esse termo (um arco semântico que envolveria algo do deserto, do pouco povoado, algo do interiorano), qual é o conceito de sertão que Euclides da Cunha projeta no enredo de seu romance?

Na seção Preliminares, com a qual abre A terra, primeira parte de sua obra, o autor, lidando precisamente com o complexo natural, ou seja, o meio natural, que não apenas serviu de cenário para a Campanha de Canudos, mas também ajudaria a entender as características psicofísicas dos insurgentes e as motivações psicossociais de sua revolta, Euclides da Cunha oferece uma rica descrição orográfica da região onde ficava o arraial de Canudos. Quando fecha sua apreciação fisiográfica do sertão: geologia, relevo, clima e

vegetação, Cunha termina sua descrição com estas considerações:

Acredita-se que a região incipiente ainda está preparando-se para a vida: o líquen ainda ataca a pedra, fecundando a terra. E lutando tenazmente com o flagelar do clima, uma flora de resistência rara por ali entretece a trama das raízes, obstando, em parte, que as torrentes arrebatem todos os princípios exsolvidos – acumulando-os pouco a pouco na conquista da paragem desolada cujos contornos suaviza – sem impedir, contudo, nos estios longos, as insolações inclementes e as águas selvagens, degradando o solo.

Dá a impressão dolorosa que nos domina ao atravessar aquele ignoto trecho de sertão – quase um deserto – quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes... (CUNHA, 2003, p. 22.)

Apesar da ausência de um conceito de sertão (no sentido categórico do termo), pode-se ver claramente que prevalece, na perspectiva de Euclides da Cunha, o entendimento do sertão como uma região emoldurada pelo imaginário do agreste, isto é, o árido: o supostamente adverso à manutenção da vida, desfavorável ao desenvolvimento da cultura.

Encerram-se estas breves considerações sobre a presença do conceito de sertão no enredo do romance de Euclides da Cunha levando-se em conta o enquadramento de um entendimento de sertão (segundo a literatura) enquanto região (conforme a geografia) de acordo com uma determinada perspectiva estético-ideológica.

No caso de *Os Sertões*, semelhante perspectiva aferra-se ao determinismo estético de Hippolyte Taine: enquanto personagem de um romance, o sertanejo é produto do meio, e suas aflições resultam de um atavismo que limita seu desenvolvimento cultural por conta da inclemência da região em que vive.

Em *Vidas Secas*, como se verá mais adiante, embora o enredo resgate essa causalidade entre a aridez do Meio e a rudeza do Homem, agrega-se uma crítica social ainda ausente no imaginário do cientificismo estético que permeou as orientações artísticas brasileiras nos tempos de Euclides da Cunha; a secura da vida dos retirantes sertanejos, como Fabiano e sua família, não se deve apenas à aridez do meio natural, senão às injustiças da sociedade: seu sistema econômico, sua organização política.

No próximo tópico, tratando diretamente do romance *Vidas Secas*, tentar-se-á demonstrar que a prosa ficcional de Graciliano Ramos, superando a perspectiva aberta por Euclides da Cunha, dá um passo além: não se limita a atribuir à fatalidade da seca a penúria que acossa a Fabiano e sua família; há algo mais: a exploração econômica, as arbitrariedades do poder público.

O REGIONALISMO E A REGIÃO NO ROMANCE VIDAS SECAS (1938), DE GRACILIANO RAMOS

Quando, na década de 20 do século passado, a literatura brasileira se alinha às vanguardas europeias (no Brasil, chama-se modernismo a essa afinidade com o movimento vanguardista europeu), o Centro Regionalista do Nordeste, localizado na cidade do Recife, publica, em 1926, seu Manifesto Regionalista, assinado pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freire. As diretrizes ideológico-estéticas do Manifesto de 26 lançam os fundamentos de uma perspectiva literária que tenta conceber, estética e criticamente, as disparidades sociais do sertão em termos de uma contestação às estruturas políticas e econômicas que se inter-relacionam e interagem com as características naturais do semiárido nordestino.

Ressalte-se, logo, a superação, nos parâmetros estéticos lançados pelo Manifesto Regionalista, do paradigma ideológico cientificista que, na incorporação da problemática sertaneja à elaboração literária de uma obra como *Os Sertões*, estabelece uma causalidade determinista entre o homem, e suas deficiências sociais, e o meio, e suas características naturais: se o sertanejo é rude é porque o sertão é inóspito, pensavam inclusive intelectuais e artistas esclarecidos como Euclides da Cunha.

A produção literária de Graciliano Ramos, principalmente sua obra mais famosa: *Vidas Secas* (1938), está entre os esforços estéticos com vistas a desenvolver os pressupostos ideológicos do Manifesto de 26: denunciar as injustiças econômicas e os descasos políticos que, por aumentar a desigualdade nas condições sociais, aguçam os desafios naturais do semiárido nordestino para a população sertaneja.

Em Graciliano Ramos, em se tratando especialmente de *Vidas Secas*, o espírito crítico próprio de sua geração ganha contornos mais acentuados por conta de sua simpatia ideológica ao comunismo. Tal inclinação ideológica do intelectual, associada à experiência de perseguição política, sofrida pelo escritor no início do Estado Novo, contribuiu para uma concepção estética sobremaneira engajada na denúncia das desigualdades sociais que assolam os extratos populares que integram o complexo sionatural do semiárido nordestino

Logo um romance como *Vidas Secas* não pode ancorar-se tão somente no atávico da “raça sertaneja” ou no inóspito do sertão semiárido para debruçar-se na problemática social do Polígono da Seca. No conjunto de sua obra (e mais destacadamente em *Vidas Secas*), Ramos tematiza a estrutura política opressiva e o sistema econômico excludente, os quais afunilam o acesso ao sistema social de oportunidades para a população menos

favorecida que povoa o interior do Nordeste brasileiro e interage com o meio natural caracterizado pelo bioma da caatinga.

Desde o primeiro parágrafo do romance, a descrição do semiárido sertanejo carrega nas tintas do agreste: as cores e os elementos constituintes do cenário natural enfatizam o inóspito e o desolado da estrada recorrida pelo vaqueiro Fabiano e sua família em seu êxodo de fome e outras aflições exacerbadas pela seca:

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala. (RAMOS, 2001, p. 9.)

Nesse cenário literário, as personagens refletem, nos conflitos do enredo, a aridez do meio e suas características. De fato, a narrativa não economiza esforços por ressaltar a rudeza do protagonista e sua família, chegando até a uma concepção zoomórfica de Fabiano:

Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio. As vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos - exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas. (RAMOS, 2001, p. 93.)

Para enfatizar o nível de desumanização que as dificuldades contingentes do meio natural impõem a Fabiano e os seus, a única personagem apresentada ao leitor com sentimentos propriamente humanos é o animal de estimação da família: a cachorra Baleia.

Sentindo a deslocação do ar e a crepitação dos gravetos, Baleia despertou, retirou-se prudentemente, receosa de sapecar o pelo, e ficou observando maravilhada as estrelinhas vermelhas que se apagavam antes de tocar o chão. Aprovou com um movimento de cauda aquele fenômeno e desejou expressar a sua admiração a dona. Chegou-se a ela em saltos curtos, ofegando, ergueu-se nas pernas traseiras, imitando gente. Mas Sinhá Vitória não queria saber de elogios.

– Arreda!

Deu um pontapé na cachorra, que se afastou humilhada e com sentimentos revolucionários. (RAMOS, 2001, p. 39.)

Contudo, a narrativa não se reduz (como no enredo do romance de Euclides da Cunha) aos aspectos deterministas da caracterização dos tipos humanos: os excessos de poder exercidos por agentes públicos e a exploração imposta pelos empregadores repercutem na constituição dos modos rudes da vida de Fabiano e sua família.

Certo estranhamento de Fabiano em relação às estruturas do poder e sua dinâmica social, constitui um dos obstáculos à emancipação do protagonista como ser humano: daí sua configuração como um tipo ainda mais suscetível ao arbítrio da dominação e à sanha da exploração.

Uma análise especializada em relação à preocupação do romancista em incluir um olhar sobre as engrenagens políticas e o sistema econômico em que o enredo de *Vidas Secas* se insere, pode ser lida nesta citação do crítico literário e historiador da literatura Alfredo Bosi, que inclui o romance de Graciliano Ramos no contexto do regionalismo brasileiro dos anos de 1930, com ênfase no aspecto ideologicamente crítico da proposta estética dessa tendência literária:

Nos romances em que a tensão atingiu o nível da crítica, os fatos assumem significação menos "ingênua" e servem para revelar as graves lesões que a vida em sociedade produz no tecido da pessoa humana; logram por isso alcançar uma densidade moral e uma verdade histórica muito mais profunda. Há menor proliferação de tipos secundários e pitorescos: as figuras são tratadas em seu nexos dinâmico com a paisagem e a realidade socioeconômica (*Vidas Secas*, São Bernardo, de Graciliano Ramos), e é dessa relação que nasce o enredo. (BOSI, 1975, p. 440.)

Na trama do romance, apresentam-se ao leitor duas situações emblemáticas de submissão do protagonista. Primeiro, Fabiano é pego pela desonestidade de seu empregador em suas negociações salariais:

Sinhá Vitória mandou os meninos para o barreiro, sentou-se na cozinha, concentrou-se, distribuiu no chão sementes de várias espécies, realizou somas e diminuições. No dia seguinte Fabiano voltou a cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de Sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros. (RAMOS, 2001, p. 93.)

Então, ainda humilhado por saber que foi enganado, e não sendo capaz de exigir que se lhe pagasse a quantia certa, o vaqueiro se lembra de outro episódio em que se lhe retirou o que lhe parecia pertencer: ao tentar vender, no mercado da cidade, carne de porco, foi forçado, pelo fiscal da prefeitura, a pagar imposto:

Recordou-se do que lhe sucedera anos atrás, antes da seca, longe. Num dia de apuro recorrera ao porco magro que não queria engordar no chiqueiro e estava reservado às despesas do Natal: matara-o antes de tempo e fora vendê-lo na cidade. Mas o cobrador da prefeitura chegara com o recibo e atrapalhara-o. Fabiano fingira-se desentendido: não compreendia nada, era bruto. Como o outro lhe explicasse que, para vender o porco, devia pagar imposto, tentara convencê-lo

de que ali não havia porco, havia quartos de porco, pedaços de carne. O agente se aborrecera, insultara-o, e Fabiano se encolhera. Bem, bem. Deus o livrasse de história com o governo. Julgava que podia dispor dos seus trocos. Não entendia de imposto. (RAMOS, 2001, p. 94-95.)

Por fim, o episódio mais cabal da submissão do sertanejo Fabiano à hostilidade e à injustiça nas inter-relações humanas é protagonizado pelo soldado amarelo. E o conflito o antagonismo entre ambos requer uma análise um pouco mais detalhada.

Num primeiro encontro (Ramos, 2001), o agente de Estado se sobrepõe ao cidadão socialmente marginalizado, aproveitando-se de sua autoridade policial. A arbitrariedade começa com a própria motivação do soldado amarelo: este provocou confusão com o sertanejo em um jogo de cartas. Então, valendo-se do reforço de seus colegas de farda, prendeu a Fabiano e submeteu-o a maus-tratos.

Porém, em uma segunda ocasião (Ramos, 2001), o protagonista estava em posição de se vingar da afronta e dos maus-tratos sofridos. E essa é uma circunstância relevante para os propósitos estético-ideológicos do romance.

É necessário, aqui, sublinhar (com relação a tais propósitos) que o chamado modernismo brasileiro (isto é, as influências das vanguardas artísticas na tradição literária brasileira) foi guiado por fortes diretrizes de engajamento social. O Manifesto de 26 (orientação estética do regionalismo modernista) é pródigo em tais diretrizes.

No primeiro encontro entre o protagonista e seu carrasco, o Narrador enfatiza que o soldado amarelo estava em seu habitat:

Outro empurrão desequilibrou-o. Voltou-se e viu ali perto o soldado amarelo, que o desafiava, a cara enferrujada, uma ruga na testa. Mexeu-se para sacudir o chapéu de couro nas ventas do agressor. Com uma pancada certa do chapéu de couro, aquele tico de gente ia ao barro. Olhou as coisas e as pessoas em roda e moderou a indignação. Na caatinga ele às vezes cantava de galo, mas na rua encolhia-se. (RAMOS, 2001, p. 29.)

Pelo contrário, quando o sertanejo encontra o policial na caatinga, tudo acontece ao contrário:

Tinha medo e repetia que estava em perigo, mas isto lhe pareceu tão absurdo que se pôs a rir. Medo daquilo? Nunca vira uma pessoa tremer assim. Cachorro. Ele não era dunga na cidade? Não pisava os pés dos matutos, na feira? Não botava gente na cadeia? Sem-vergonha, mofino.

(...)

Deu um passo para a catingueira. Se ele gritasse agora "desafasta", que faria o policia? Não se afastaria, ficaria colado ao pé de pau. Uma lazeira, a gente podia xingar a mãe dele. (RAMOS, 2001, p. 100-101; 105.)

No entanto, mesmo quando o vaqueiro poderia prevalecer em seu ambiente natural para se vingar do agente de Estado por causa das humilhações e excessos dos quais ele havia sido vítima, o protagonista opta pela obediência ao representante do Poder institucional:

Aprumou-se, fixou os olhos nos olhos do polícia, que se desviaram. Um homem. Besteira pensar que ia ficar murcho o resto da vida. Estava acabado? Não estava. Mas para que suprimir aquele doente que bambeava e só queria ir para baixo? Inutilizar-se por causa de uma fraqueza fardada que vadiava na feira e insultava os pobres! Não se inutilizava, não valia a pena inutilizar-se. Guardava a sua força. (RAMOS, 2001, p. 107.)

Afinal, quando, sentindo a irresolução de Fabiano, o soldado amarelo recupera seus ares de autoridade e exige que o vaqueiro o ensine a sair da caatinga em direção à cidade, o protagonista não apenas lhe obedece, como ainda formula, em pensamento, a célebre máxima: "Governo é governo" (RAMOS, 2001, p. 107).

Essa máxima do protagonista revela a percepção (intuitiva, no caso dos esquemas mentais desenhados para o vaqueiro Fabiano) de que os abusos de autoridade, incorporados na arbitrariedade do soldado amarelo, vão além do esforço subjetivo: está localizado no amplo espectro das injustiças que organizam a sociedade e suas correlações políticas – tanto no ambiente natural quanto na dinâmica social que com ele interage.

No próximo tópico, far-se-á uma análise do reflexo de um sistema econômico caracterizado pela exploração (alegorizado, no romance, pela figura do patrão) e de uma estrutura política marcada pela opressão (exemplificada, no enredo, pelas figuras do fiscal da prefeitura e do soldado amarelo) no flagelo social mais pungente: a fome.

A PROBLEMÁTICA DA FOME NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Com a mudança do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste (a partir do século XVIII), vem-se cristalizando, no imaginário social brasileiro, a associação entre o sertão nordestino e o subdesenvolvimento regional.

Além disso, outros fatores podem ser acrescentados a essa mudança no eixo econômico para ajudar a compreender como o desenvolvimento regional, outrora localizado no Nordeste açucareiro, se deslocou para o Sudeste industrial..

É possível destacar, entre esses fatores, a irregularidade pluviométrica nas zonas semiáridas e o êxodo rural de contingentes impactados, ora pelo rigor de algumas

estiagens mais rigorosas, ora pela busca de oportunidades nas zonas marcadas pelos incrementos na urbanização ou pela diversificação na economia, principalmente nas áreas metropolitanas da região concentrada.

É bem verdade que uma maneira simplista de compreender a desigualdade na distribuição de oportunidades no contexto social do sertão nordestino, costuma debruçar-se demasiado à irregularidade na distribuição de chuvas no complexo natural da região semiárida: é como se mazelas sociais (como a fome) fora uma consequência de contingências naturais (como a seca).

Veja-se, a propósito, as considerações de Josué de Castro (1908-1973):

Pelo Brasil afora se tem a ideia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para inculcar na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. (CASTRO, 2006, p. 242.)

Como se vê, a partir dos esforços de Josué de Castro, pioneiro no aprofundamento político-intelectual da questão da fome no Brasil, foi possível enfrentar o problema do subdesenvolvimento econômico sob uma perspectiva projetada para além dos desafios naturais, alcançando, na crítica teórica, a iminência de uma práxis propriamente política do assunto.

Quando, depois de fazer uma análise da desigualdade de desenvolvimento em cada região do Brasil, concentra-se o autor no esforço de elaborar uma síntese nacional de sua tese a esse respeito – discutem-se, para além dos desafios naturais impostos pelas características fisiográfica da paisagem, as contradições sociais decorrentes do processo histórico de ocupação do território (desde a colonização):

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. (CASTRO, 2006, p. 266).

O desdobramento político, nos termos da análise atual do autor, articula a responsabilidade histórica do Estado-nação, que não tem tomado, como prioridade,

mediar entre as naturezas privada e coletiva dos interesses econômicos, entre as dimensões nacional e estrangeira das disputas políticas:

Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Ou menos pior, entre os interesses nacionais e os dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial. (CASTRO, 2006, p. 267).

Assim, quando se detém na problemática da fome, Castro aponta para as opções por uma agricultura pautada pelos interesses da exportação como um fator econômico relevante na compreensão dos graves quadros de insegurança alimentar que vem assolando os extratos populares da sociedade brasileira ao longo da história do país:

Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro, expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo. (CASTRO, 2006, p. 267).

Como se há notado, a análise de Josué de Castro, com vistas a refletir sobre as desigualdades que afligem a sociedade, mormente a fome, articula o peso das ações políticas e das opções econômicas às características naturais que configuram o território.

No que se refere mais detidamente ao semiárido nordestino (complexo socioespacial que interessa mais detidamente a este artigo), Josué de Castro perfaz o arco que vai do natural ao cultural: desde as considerações sobre o relevo até os estudos sobre a incidência de chuvas, passando por uma cuidadosa atenção às características gastronômicas das populações típicas do sertão.

Resulta disso que, contrariamente ao cientificismo literário dos tempos de Euclides da Cunha, as elaborações críticas de Josué de Castro não se encaminham a nenhum atavismo que explique as mazelas sociais no sertão como consequência da constituição racial do sertanejo (o homem é produto do meio): ao contrário, elas sublinham as dimensões política e econômica que redundam, entre outros desequilíbrios na distribuição de oportunidades, na fome.

Não se pense que, num impulso de biologismo que seria um tanto ingênuo, vamos chegar ao extremo de atribuir às fomes periódicas uma ação determinante e exclusiva na formação destes tipos sociais. Claro que não. Inúmeros outros fatores hoje bem conhecidos e estudados interferem em sua elaboração, traçando mesmo as direções gerais do fenômeno, esboçando em linhas um tanto imprecisas as suas tendências básicas, mas não há dúvida que o cataclismo social precipita seu aparecimento, provocando a sua cristalização definitiva. (CASTRO, 2006, p. 234.)

No decurso dessas reflexões, Josué de Castro acaba por enveredar-se em uma

discussão geográfica que muito interessa a este artigo: o regional e sua relevância para o entendimento dos fenômenos (no espectro de inter-relações entre a natureza e a sociedade) que concernem à Geografia.

De fato, em primeiro lugar, Castro (2006) ressalta a importância do desenvolvimento de estudos geográficos sobre o regional diante de uma Geografia clássica estéril e acadêmica. Para esse fim, o autor faz uma crítica aos estudos geográficos desvinculados das particularidades sociais e naturais de uma porção do território nacional que só é possível a uma Geografia regional.

Em seguida, o autor enfatiza os danos socioambientais resultantes do desconhecimento "das realidades geográficas em seu aspecto dinâmico, exercido por meio do jogo de suas interações e implicações do natural sobre o cultural e vice-versa" (2006, p. 241).

Entende-se, no conjunto de sua argumentação, que os déficits epistemológicos de uma abordagem geográfica "estéril e acadêmica", podem ser superados com uma ciência geográfica voltada para o regional, porque, nas contiguidades e semelhanças socioambientais que enquadram uma dada região do território, apreende-se mais claramente o dinamismo entre o natural e o cultural, e vice-versa.

Na próxima seção, buscar-se-á correlacionar melhor essa perspectiva geográfica regional com a proposta literária regionalista, tendo em vista propor reflexões pedagógicas acerca da associação que se costuma estabelecer entre o semiárido nordestino e o subdesenvolvimento regional, afim de refletir sobre o potencial de Vidas Secas na articulação dessa linha de raciocínio.

REFLEXÕES

Pretende-se sugerir um conjunto de atividades didáticas cujo objetivo é problematizar o estereótipo do sertão semiárido do Nordeste como uma região caracterizada pela pobreza e pela fome por conta de um meio natural supostamente hostil ao desenvolvimento econômico, haja vista a irregularidade das chuvas que caracterizam o clima e bioma da caatinga, predominante na região.

Tais atividades, tendo presente o conceito de aprendizagem transversal, partem de um contato entre os estudantes e o romance Vidas Secas, e de uma análise, com os alunos, de seu enredo a fim de refletir sobre o Polígono da Seca como uma região.

Logo, dado um fenômeno como, por exemplo, os quadros de subdesenvolvimento

identificáveis no sertão semiárido nordestino, busca-se desenvolver uma compreensão geográfica acerca das características naturais do Polígono da Seca e das estruturas sociais que povoam esse meio natural e interagem com suas conformações (clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.).

Finalmente, espera-se que os alunos possam avaliar até que ponto as correlações entre os interesses políticos e os modelos econômicos vigentes na organização socioespacial da população do sertão nordestino incidem sobre as dificuldades no povoamento dessa região e no aproveitamento dos recursos naturais distribuídos em seu meio natural.

Reflexões docentes para o fazer pedagógico

Como já se mencionou na introdução deste artigo, a principal diretriz da abordagem aqui proposta é problematizar e desconstruir o estereótipo que associa ao sertão nordestino a imagem de uma região da fome e do subdesenvolvimento, por conta de suas características naturais (propensas à intermitência dos rios e à irregularidade das chuvas em certas épocas do ano).

Nesse sentido, sugere-se que as atividades didáticas se orientem pelos seguintes objetivos:

– Apresentar aos estudantes o conceito geográfico de região e relacioná-lo com os termos sertão e polígono das secas.

– Discutir o fenômeno da estiagem no semiárido nordestino: as causas relacionadas, não apenas com as características naturais da região, senão também os fatores associáveis aos eventos extremos (fenômenos El Niño e La Niña) e à depredação do bioma da caatinga por conta de atividades econômicas (pecuária extensiva, extração irregular de madeira, uso de técnicas agrícolas inadequadas como a queima da vegetação natural com vistas a preparar o solo para a plantação de pasto, etc.).

– Refletir sobre as características sistêmicas do bioma da caatinga: a interação ambiental entre sua fauna e flora; as maneiras de estabelecer o povoamento, a organização e os usos do território na região em que predomina esse bioma e explorar suas riquezas naturais.

– Demonstrar os avanços da climatologia e suas tecnologias com o objetivo de prever os períodos mais longos de estiagem e alertar para os fatores que, associados aos eventos extremos, podem tornar particularmente grave a irregularidade na incidência e na

distribuição de chuvas.

– Problematizar os modelos econômicos que têm sido desenvolvidos no sertão nordestino a fim de avaliar como ocorre a concentração ou a distribuição espacial da riqueza.

– Estimular o conhecimento e dos instrumentais cartográficos para compreender a interação entre o povoamento e o desenvolvimento econômico do semiárido nordestino, e as mudanças nas características naturais de sua paisagem ao longo dos anos.

Sugestão de atividades

O elemento mobilizador desta proposta, como se vem demonstrando até aqui, é o contato com o enredo do romance *Vidas Secas* e a apreciação de suas qualidades literárias. Assim, para alcançar os objetivos traçados no tópico anterior, sugerem-se procedimentos que promovam o estreitamento dos laços transversais entre o conceito geográfico de região e a categoria literária de regionalismo (especialmente a que se configurou nos anos de 1930 por impulso da vanguarda artística e intelectual representada pelo Manifesto Regionalista de 26).

Por isso, na proposição do conjunto de atividades didáticas a seguir, buscou-se estabelecer como ponto de partida a apresentação do romance de Graciliano Ramos aos alunos, e uma reflexão a partir da dinâmica de sua narrativa: a composição das personagens, a elaboração literária da paisagem, o desenvolvimento dos conflitos ensejados pela situação tematizada pelo enredo, etc.

Na sequência procede-se à realização de cada um dos grupos sugeridos de atividades (de acordo com o planejamento de cada professor, no qual poderá encaixar as atividades propostas no conjunto de suas aulas). Frise-se que as sugestões abaixo conformam a linha mestra de cada proposta: cabe a cada professor, ao planejar a efetiva concretização dessas diretrizes, optar pelo uso de materiais didáticos e pelo tipo de dinâmica que mais lhe parecer conveniente e exequível.

• **A cartografia da seca:** A paisagem é muito importante na composição da narrativa, pois entre outros aspectos narrativos, o conflito que move o enredo é o êxodo rural dos retirantes, que deixam o sertão semiárido em busca de regiões não afligidas pela seca. Propõe-se que as atividades incluam a leitura e interpretação de mapas, a fim de:

a) Apresentar o Polígono da Seca, região do Nordeste brasileiro tomado como cenário de Vidas Secas.

b) Discutir quais as conformações naturais da região e sua distribuição, as quais favorecem a irregularidade no regime das chuvas.

c) Apontar quais as outras regiões do Nordeste para as quais os retirantes se dirigem: a zona da mata e o litoral, a fim de explicar as características naturais e levantar as desigualdades socioespaciais dessas regiões.

d) Identificar, com o uso de fotografias, os novos usos do território abrangido pelo semiárido, como as novas áreas destinadas à fruticultura.

e) Refletir com os alunos como o homem modifica a paisagem com o emprego de novas técnicas e tecnologias.

• **O tempo e o vento:** Uma das providências em prol do enfrentamento das secas é a análise e a previsão do tempo, assim como a compreensão das características e da dinâmica do clima da região. É por meio dos prognósticos obtidos dos modelos climatológicos que se podem planejar políticas públicas que promovam a diminuição do impacto socioambiental das estiagens mais prolongadas e severas. Por isso propõe-se:

a) Estabelecer a diferença entre clima e tempo.

b) Discutir com os alunos a dinâmica de inter-relação entre esses dois conceitos no entendimento climatológico do semiárido nordestino brasileiro.

c) Convidá-los a pesquisar sobre a relação entre os serviços de previsão do tempo e os órgãos públicos que atuam na prevenção de calamidades e/ou na redução de seus impactos, focando especialmente o semiárido nordestino e o problema da seca.

• **Andando com Fabiano, brincando com a Baleia:** Vidas Secas propõe diferentes episódios em que a relação com o território é marcante para compreender os conflitos desenvolvidos pelo enredo. Um exemplo é o antagonismo entre o vaqueiro Fabiano e o soldado amarelo: quando na cidade, *habitat* do policial, Fabiano sente-se desambientado e por isso vulnerável; já na caatinga, inverte-se a situação: é o soldado amarelo que, no *habitat* do vaqueiro, vê-se diminuído e por isso à mercê de Fabiano. Logo sugere-se que se estimulem os estudantes a:

a) Identificar os diferentes episódios e passagens que, a seu ver, tragam uma relação forte na interseção entre o social e o natural, entre o humano e o território.

b) Promover um debate sobre até que ponto a paisagem agreste, que serve de cenário ao romance, pode influenciar no desenvolvimento das populações que habitam o sertão semiárido nordestino.

Expectativas

As sugestões levantadas acima se baseiam nas expectativas que este artigo tem levantado em torno de uma abordagem transversal: ademais da preocupação em viabilizar a assimilação de certo componente curricular (no caso deste artigo, o conceito geográfico de região aplicado ao semiárido nordestino), busca-se polemizar um estereótipo que costuma mascarar injustiças sociais ou desníveis econômicos (como atribuir déficits nos índices de desenvolvimento no sertão nordestino às características naturais da região). Para tanto, lança-se mão de uma dinâmica didática que mobiliza uma espécie de “trânsito” entre conhecimentos e práticas escolar a partir de um ponto agregador (no caso deste trabalho, o contato com o enredo do romance *Vidas Secas*).

Iniciativas que tais, se vierem a fazer parte de um planejamento partilhado pelo conjunto dos professores de uma série ou mesmo de uma etapa, podem oportunizar o engajamento da comunidade escolar ao redor de atividades com maior incremento em sua elaboração e impacto em sua implementação. Recomenda-se que, quanto maior o desdobramento das atividades e práticas escolares no cotidiano dos discentes, maior, espera-se, o envolvimento dos alunos e a percepção deles quanto à significação dos conhecimentos assimilados e das habilidades e competências desenvolvidas.

Por fim ratifica-se que, em havendo o efetivo planejamento e implementação das atividades levantadas neste artigo com vistas a problematizar o semiárido nordestino como uma região “naturalmente fadada ao subdesenvolvimento”, que se busque promover o maior contato possível entre os alunos e o enredo do romance de Graciliano Ramos. Para além de um mero “pretexto” para tematizar, numa aula de Geografia, o sertão do Nordeste como uma região geograficamente abordável (em termos naturais e humanos), *Vidas Secas* traz uma narrativa rica, cujo qualidade literária refina a percepção de seus leitores sobre os dilemas da condição humana.

Oportunizar aos alunos um conjunto de aulas de Geografia a partir da fruição das páginas que dão vida ao vaqueiro Fabiano, à cachorra Baleia e às demais personagens

do grande romance do escritor alagoano, em si, já é uma proposta pedagógica propensa ao enriquecimento da vivência escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais orientações deste trabalho foi problematizar o estereótipo do semiárido nordestino como uma região vitimada por uma calamidade natural, a seca, cujos desdobramentos sociais explicariam o subdesenvolvimento do Nordeste sertanejo.

O regime irregular das precipitações, cuja explicação repousa nas características orográficas do Polígono da Seca, impõe um desafio intrínseco às características fisiográficas do sertão nordestino; todavia não resultam disso, como de uma fatalidade natural, as agruras socioeconômicas que impulsionam os retirantes (como o vaqueiro Fabiano e sua família) em direção ao litoral e daí às regiões mais industrializadas (o Sudeste e o Sul), perfazendo o conhecido itinerário do êxodo rural no Nordeste brasileiro.

Como substrato à proposta pedagógica contida neste trabalho, a própria discussão epistêmica acerca do conceito de região já aponta que a simples caracterização natural não esgota a compreensão de uma dada diferenciação essencial de área com base em seus traços físicos mais salientes (relevo, clima, vegetação, etc.): outros recortes epistemológicos, além do determinismo ambiental, podem assinalar causas mais complexas (e relevantes) para a configuração de uma dada realidade regional constatável numa determinada porção da superfície.

Entre tais recortes, por exemplo, há orientações teóricas críticas, como se apontou ao longo deste trabalho, que identificam conflitos sociais (como a concentração fundiária, por exemplo) enquanto motivações históricas mais decisivas do que as características naturais para a conformação de um perfil de desequilíbrio social na distribuição das oportunidades de desenvolvimento humano, como o que se pode apontar em regiões como o semiárido nordestino.

Nessa linha, outro encaminhamento pedagógico com vistas a problematizar o Polígono da Seca como uma região fadada ao subdesenvolvimento (por conta das irregularidades pluviométricas) foi embasar categoricamente a discussão do conceito de sertão, igualmente discutido neste trabalho. Como se tentou sublinhar nas páginas anteriores, embora a tradição literário-intelectual que se plasmou em obras como *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, tenha desenvolvido a associação entre o sertão e o agreste (ou seja, uma área pouco favorável ao desenvolvimento da vida e ao

crescimento econômico), tal constructo é, antes de tudo, uma elaboração ideológica, e não uma constatação objetiva sobre a interação entre as populações sertanejas e as características naturais do sertão nordestino. Ademais, tal constructo tem sido utilizado para justificar as injustiças sociais e as orientações macroeconômicas que historicamente vêm concentrando oportunidades em outras regiões do Brasil (principalmente no Sudeste e no Sul), que não o Nordeste, especialmente em seu interior.

Outro substrato teórico com que se pode problematizar o estereótipo do sertão nordestino como uma região naturalmente subdesenvolvida, arrima-se no estudo de Josué de Castro acerca da fome (um dos corolários mais vivamente associados aos períodos de longa estiagem). As formulações do autor na primeira metade do século XX, então pioneiras no esforço por compreender racional e sistematicamente a mazela da fome, fundamentam a compreensão desse grave problema social como uma consequência das deliberações políticas e opções econômicas que têm orientado os rumos do desenvolvimento econômico do Brasil – consequência essa inscrita no próprio subtítulo de sua obra mais célebre (*Geografia da Fome*, originalmente publicada em 1946): “O dilema brasileiro: pão ou aço”.

Por fim, o próprio fator de motivação didática delineado neste artigo, no que se refere ao tratamento transversal do conceito de região (num arco entre o literário e o geográfico) – a proposta de apresentação, leitura e discussão do enredo do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos – oferece um ensejo para desconstruir o imaginário acerca do sertão nordestino como a antonomásia das mazelas sociais associadas à “calamidade natural” da seca, uma vez que a obra do grande escritor alagoano, de forma até então inaudita no quadro estético do regionalismo literário brasileiro dos anos de 1930, tematiza relevantes fatores sociais como constitutivos (a par, claro, dos desafios naturais da seca) do quadro inóspito em que se pintam a sequidão da vida da família de retirantes encabeçada por Fabiano.

Com essas orientações epistemológicas, e tomando como fator de motivação didática a sensibilização estética proporcionada pelas páginas do romance de Graciliano Ramos, buscou-se construir, neste trabalho, uma proposta que, ademais de motivar a discussão do conceito geográfico de região (enfocando o sertão nordestino como um exemplo de noção fundamental de diferenciação de área), problematize o estereótipo do semiárido nordestino como uma região fadada à fome. Espera-se, portanto, que, segundo as sugestões pedagógicas deste artigo, se desenvolva, com os alunos, nas aulas de Geografia, uma visão crítica que busque compreender, num dado recorte regional, os

conflitos sociais (e seus desdobramentos políticos e econômicos) que tornem a vida de determinadas camadas sociais tão secas e embrutecidas como a das personagens do romance *Vidas Secas*.

REFERÊNCIAS

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “Sertão”; origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência Geográfica). **Ciência Geográfica** – Bauru – XV-Vol – (1):Janeiro/Dezembro, 2011.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. Pedagogia de projetos e direitos humanos: caminhos para uma educação em valores. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2. ed., 5. reimpr. São Paulo: Cultrix, 1975.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome; o dilema brasileiro: pão ou aço**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Região e organização social**. 7. ed. 3. reimpr. 2003: São Paulo, Ática. Série Princípios.

LENCIONI, Sandra. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005. Col. Caminhos da Geografia.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 82. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

_____. **São Bernardo**. 68. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999

RÊGO, Heráclito André. O Sertão e a geografia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. – n. 63 – abr 2016.